

17 JUL 1984

JORNAL DO BRASIL

# Unanimidade do Clamor

*Economia Brasil*

A mesa-redonda promovida pelo JORNAL DO BRASIL com dirigentes de cinco grandes empresas multinacionais instaladas no país serviu para evidenciar como são amplas as possibilidades para o encontro de formas de atuação conjunta, sem que renunciemos ambos aos nossos interesses maiores. É surpreendente verificar como o seu pensamento coincide, de um modo geral, com o que tem manifestado em diversas oportunidades o empresariado industrial brasileiro. E, mais que isto, como muitas de suas aspirações coincidem integralmente com as que são acalentadas pelo que tem a nossa sociedade de mais expressivo.

O afluxo de capitais estrangeiros tem-se reduzido, fato tornado patente no período recente e que foi igualmente salientado durante o encontro. Quando é mencionado, contudo, não parece ter sido suficientemente enfatizada sua razão primordial, como o fizeram os principais interessados. As limitações fixadas para a remessa de lucros e dividendos, bem como para o pagamento de "royalties", precisariam ser revistas para atender à evolução do mercado, já que se fixaram há cerca de 20 anos. Ainda assim, o motivo verdadeiro da retração dos investimentos não reside nessa circunstância.

A questão decisiva encontra-se na ingerência estatal na vida das empresas e na forma arbitrária como é estabelecida ou alterada: "As regras do jogo não são confiáveis", como disseram os empresários estrangeiros. É deveras espantoso que se

tenham feito as revoluções liberais, desde há três séculos, justamente para submeter o Estado a um conjunto de normas livremente acordadas pelos cidadãos e que semelhante praxe, vigente em todo o mundo civilizado, ainda não se haja consolidado no Brasil.

No entendimento das multinacionais, o país não optou pelo regime da economia de mercado. A margem de liberdade de que dispõem as empresas é extremamente limitada. Além disto, na parcela fundamental, cerceada, regulada e controlada pelo Poder Público, vigora não apenas a mais absurda centralização como ainda incomensurável poder de arbítrio até mesmo em escalões intermediários. Exemplo típico e característico é o da Secretaria Especial de Informática — SEI que adquiriu capacidade de imiscuir-se num sem-número de atividades que nada têm a ver com o que seria de fato a sua destinação. A imprevisibilidade da política tributária é outro elemento desvirtuador e desestabilizador da atividade empresarial.

É lamentável que o Estado brasileiro se haja transformado no grande obstáculo ao carreamento para o país de capitais de risco, que propiciam desenvolvimento sem agravar os problemas de nossa dívida externa. Mas é igualmente alentador que a plataforma reivindicatória das empresas multinacionais venha ao encontro do clamor que provém de toda a sociedade: é preciso reduzir o poder do Estado e reconquistar para a sociedade a dignidade perdida.